



Indicação Nº 11642/2026

Indico ao Poder Executivo Municipal, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Marcos Ferreira Godoy, a **adoção de providências urgentes, preventivas e permanentes para o fortalecimento da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Itapevi, contemplando a modernização de sua estrutura, ampliação da capacidade operacional, atualização do mapeamento das áreas de risco, prevenção de enchentes, inundações, deslizamentos, incêndios e acidentes tecnológicos, implantação de sistemas de monitoramento e alerta, proteção das populações vulneráveis, capacitação das equipes, realização de simulados, atendimento humanitário, recuperação das áreas atingidas, integração institucional, transparência dos recursos públicos e elaboração de Plano Municipal Integrado de Redução de Riscos e Proteção da Vida**

INDICO à Mesa, na forma regimental vigente, seja oficiado ao Poder Executivo Municipal, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Marcos Ferreira Godoy, a adoção de providências urgentes, preventivas e permanentes para o fortalecimento da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Itapevi, contemplando a modernização de sua estrutura, ampliação da capacidade operacional, atualização do mapeamento das áreas de risco, prevenção de enchentes, inundações, deslizamentos, incêndios e acidentes tecnológicos, implantação de sistemas de monitoramento e alerta, proteção das populações vulneráveis, capacitação das equipes, realização de simulados, atendimento humanitário, recuperação das áreas atingidas, integração institucional, transparência dos recursos públicos e elaboração de Plano Municipal Integrado de Redução de Riscos e Proteção da Vida

A presente Indicação tem por finalidade contribuir para que Itapevi fortaleça sua capacidade de prevenir, monitorar e responder aos desastres, colocando a preservação da vida humana como prioridade da atuação administrativa.

Considerando a existência de áreas historicamente identificadas como suscetíveis a escorregamentos, inundações e solapamentos, solicitamos especial atenção à atualização dos estudos, às ações preventivas e à estrutura necessária para proteger os moradores das regiões vulneráveis.





Propomos que o Município avance na construção de um sistema integrado de prevenção, preparação, resposta e recuperação, com atuação contínua durante todos os meses do ano.

Para tanto, solicitamos as seguintes providências:

I – ESTRUTURAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA DEFESA CIVIL

1. FORTALECIMENTO DA ESTRUTURA OPERACIONAL

Realização de diagnóstico da estrutura administrativa e operacional da Defesa Civil Municipal, contemplando:

- a) Quantidade de servidores disponíveis;
- b) Qualificação e atribuições dos profissionais;
- c) Organização das escalas;
- d) Capacidade de atendimento emergencial;
- e) Disponibilidade de equipes de campo;
- f) Estrutura física da Coordenadoria;
- g) Recursos tecnológicos;
- h) Necessidade de investimentos e modernização.

2. AVALIAÇÃO DO EFETIVO E DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

Realização de estudos para avaliar a necessidade de recomposição, ampliação ou reorganização das equipes de proteção e defesa civil.

Solicitamos especial atenção à existência de profissionais capacitados para:

- a) Vistorias preventivas;
- b) Avaliação geológica e geotécnica;
- c) Análise de riscos estruturais;
- d) Monitoramento hidrológico;
- e) Planejamento de emergências;
- f) Atendimento e orientação à população;





- g) Gestão de ocorrências;
- h) Articulação com os demais serviços de emergência.

3. APERFEIÇOAMENTO DO ATENDIMENTO EMERGENCIAL 24 HORAS

Avaliação dos procedimentos de atendimento, acionamento e mobilização das equipes nas ocorrências registradas durante o dia, a noite, finais de semana e feriados.

Solicitamos que sejam analisados:

- a) Tempo de recebimento das solicitações;
- b) Tempo de acionamento das equipes;
- c) Disponibilidade de viaturas;
- d) Protocolos de classificação da urgência;
- e) Integração com o Centro de Operações Integradas;
- f) Comunicação com Corpo de Bombeiros, SAMU e GCM;
- g) Registro das providências adotadas;
- h) Indicadores de tempo de resposta.

4. MODERNIZAÇÃO DA FROTA E DOS EQUIPAMENTOS

Realização de levantamento das condições e necessidades de veículos, equipamentos e materiais empregados nas ações de proteção e defesa civil.

As medidas poderão contemplar:

- a) Viaturas operacionais;
- b) Veículos de apoio para acesso a regiões de difícil circulação;
- c) Embarcações e equipamentos de salvamento aquático, conforme as competências e a capacitação das equipes;
- d) Equipamentos de comunicação;
- e) Lanternas e iluminação de emergência;
- f) Equipamentos de proteção individual;



- g) Recursos para isolamento e sinalização;
- h) Instrumentos de medição e avaliação técnica;
- i) Ferramentas e equipamentos de apoio;
- j) Sistemas de geolocalização e registro das ocorrências.

5. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA DOS AGENTES

Avaliação da disponibilidade e adequação dos equipamentos de proteção individual e coletiva utilizados pelos profissionais.

Solicitamos atenção à manutenção, substituição, treinamento de uso e cumprimento das normas de segurança nas operações, inclusive nas atividades de campo em áreas instáveis, alagadas ou contaminadas.

6. CAPACITAÇÃO PERMANENTE DOS SERVIDORES

Fortalecimento da formação e atualização técnica dos profissionais da Defesa Civil.

Solicitamos estudos para a realização de capacitações sobre:

- a) Gestão de riscos e desastres;
- b) Avaliação preliminar de encostas;
- c) Monitoramento de enchentes;
- d) Primeiros socorros;
- e) Sistemas de comando de operações;
- f) Atendimento em emergências;
- g) Comunicação de risco;
- h) Operação segura de equipamentos;
- i) Acolhimento humanizado;
- j) Elaboração de relatórios técnicos;
- k) Registro de desastres nos sistemas oficiais;





l) Integração com órgãos estaduais e federais.

II – MAPEAMENTO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DAS ÁREAS DE RISCO

7. ATUALIZAÇÃO URGENTE DO MAPEAMENTO MUNICIPAL

Solicitamos a atualização técnica e georreferenciada do mapeamento das áreas de risco de Itapevi.

O levantamento municipal realizado em julho de 2023 identificou 89 áreas de escorregamento, 12 de inundação e duas de solapamento.

Considerando o tempo transcorrido, solicitamos estudos para verificar:

- a) Situação atual das áreas identificadas;
- b) Surgimento de novas situações de risco;
- c) Alterações das condições geológicas e hidrológicas;
- d) Ocupações e intervenções ocorridas;
- e) Classificação atualizada dos níveis de risco;
- f) Quantidade estimada de imóveis e moradores expostos;
- g) Necessidade de vistorias emergenciais;
- h) Providências preventivas recomendadas;
- i) Responsáveis pelo acompanhamento técnico;
- j) Periodicidade das reavaliações.

8. CLASSIFICAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DOS RISCOS

Realização de avaliação das áreas identificadas conforme os critérios técnicos e as metodologias de classificação aplicáveis.

Solicitamos a organização das medidas de prevenção segundo:

- a) Probabilidade de ocorrência;
- b) Gravidade potencial;
- c) Exposição da população;



- d) Vulnerabilidade das edificações;
- e) Condições de acesso dos serviços de emergência;
- f) Histórico de ocorrências;
- g) Possibilidade de intervenções mitigadoras;
- h) Necessidade de medidas imediatas para proteção da vida.

9. VISTORIAS PREVENTIVAS NOS BAIRROS

Intensificação das vistorias preventivas em locais suscetíveis a enchentes, deslizamentos, erosões, desabamentos e outras situações de risco.

Solicitamos atenção às regiões de Amador Bueno, Monte Serrat, Cruz Grande, Jardim Cruzeiro, Parque Suburbano, Jardim Portela, Jardim São Carlos, Jardim Santa Rita, Vitápolis, Vale do Sol e demais localidades indicadas nos mapeamentos e registros oficiais.

A inclusão das regiões mencionadas não pressupõe que todas as suas vias ou imóveis estejam em situação de risco.

10. CADASTRO DAS EDIFICAÇÕES EXPOSTAS A RISCOS

Realização de estudos para aperfeiçoar o acompanhamento das edificações situadas em áreas tecnicamente identificadas como de risco.

Solicitamos avaliação de:

- a) Identificação dos imóveis;
- b) Condições estruturais observadas;
- c) Situação de ocupação;
- d) Histórico de vistorias;
- e) Recomendações técnicas;
- f) Providências adotadas;
- g) Necessidades de nova avaliação;
- h) Registro de situações de risco iminente.

O cadastramento deverá respeitar a proteção de dados pessoais e os direitos dos moradores.





11. ACOMPANHAMENTO DAS INTERDIÇÕES E DAS MEDIDAS CORRETIVAS

Aperfeiçoamento dos procedimentos relacionados às interdições preventivas e às recomendações de segurança expedidas pelos órgãos competentes.

Solicitamos atenção à fundamentação técnica, à comunicação aos moradores, à articulação com a rede socioassistencial, ao registro das medidas e à reavaliação das condições de segurança.

12. IDENTIFICAÇÃO DE NOVAS OCUPAÇÕES EM ÁREAS DE RISCO

Fortalecimento da articulação entre Defesa Civil, Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente para prevenir novas ocupações em locais classificados tecnicamente como inadequados ou de risco.

As providências deverão respeitar os procedimentos legais, os direitos fundamentais e as competências dos órgãos responsáveis.

13. INTEGRAÇÃO DOS MAPAS COM O PLANEJAMENTO URBANO

Realização de estudos para assegurar que os dados de risco sejam considerados nos processos de planejamento territorial, aprovação de empreendimentos, regularização fundiária, obras públicas e intervenções em áreas ambientalmente sensíveis.

III – PREVENÇÃO DE ENCHENTES, DESLIZAMENTOS E DESASTRES GEOLÓGICOS

14. PREVENÇÃO DE ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Fortalecimento da integração entre Defesa Civil, Infraestrutura, Serviços Urbanos e Meio Ambiente para identificação e redução dos riscos relacionados a enchentes e alagamentos.

Solicitamos:

- a) Identificação dos pontos críticos;
- b) Monitoramento dos cursos d'água;
- c) Avaliação da drenagem existente;
- d) Acompanhamento da manutenção de galerias;
- e) Planejamento de limpeza preventiva;
- f) Avaliação das necessidades de obras estruturais;
- g) Proteção das áreas sujeitas a transbordamentos;



h) Adoção de medidas emergenciais quando identificados riscos à população.

15. PREVENÇÃO DE DESLIZAMENTOS E ESCORREGAMENTOS

Realização de estudos técnicos destinados à identificação e ao acompanhamento das encostas e taludes suscetíveis a movimentos de massa.

Solicitamos especial atenção à:

- a) Presença de trincas e deformações;
- b) Movimentações do terreno;
- c) Erosões;
- d) Sistemas de drenagem;
- e) Saturação do solo;
- f) Intervenções de corte e aterro;
- g) Existência de construções em situações de risco;
- h) Necessidade de projetos de estabilização e contenção.

16. FISCALIZAÇÃO DAS MOVIMENTAÇÕES DE TERRA

Fortalecimento da atuação integrada dos órgãos municipais nas situações envolvendo cortes, aterros, terraplenagens e intervenções que possam alterar a estabilidade dos terrenos.

Solicitamos a verificação das licenças, autorizações e responsabilidades técnicas exigíveis, além da avaliação das consequências para os imóveis vizinhos e a drenagem urbana.

17. CONTROLE DE EROSÕES E SOLAPAMENTOS

Realização de avaliação dos locais com ocorrência ou suscetibilidade a erosão e solapamento, especialmente próximos a córregos, margens, taludes, vias públicas e edificações.

As medidas poderão envolver monitoramento, estudos geotécnicos, proteção das margens, intervenções de drenagem e encaminhamento de projetos aos órgãos executores.

18. ACOMPANHAMENTO DOS PISCINÕES E SISTEMAS DE CONTENÇÃO DE CHEIAS



Fortalecimento do acompanhamento institucional das condições de funcionamento e manutenção dos reservatórios de contenção de cheias existentes em Itapevi.

Solicitamos especial atenção:

- a) À capacidade operacional;
- b) À segurança das estruturas;
- c) À necessidade de manutenção;
- d) Ao acúmulo de resíduos e sedimentos;
- e) Às condições hidráulicas;
- f) Às áreas de influência dos equipamentos;
- g) Aos procedimentos de comunicação em emergências.

19. PROTEÇÃO DAS MARGENS DE RIOS E CÓRREGOS

Realização de estudos conjuntos para identificação de trechos com risco de erosão, inundação, ocupação inadequada ou degradação ambiental.

Solicitamos medidas preventivas compatíveis com a legislação, inclusive quanto à conservação das áreas de preservação permanente e ao controle do descarte irregular de resíduos.

IV – MONITORAMENTO CLIMÁTICO, ALERTAS E COMUNICAÇÃO

20. MODERNIZAÇÃO DO MONITORAMENTO PLUVIOMÉTRICO

Realização de avaliação da cobertura dos equipamentos e serviços utilizados para monitoramento das chuvas no Município.

Solicitamos estudos sobre:

- a) Distribuição dos pontos de medição;
- b) Integração com informações meteorológicas oficiais;
- c) Funcionamento dos equipamentos;
- d) Qualidade dos dados;
- e) Manutenção dos sistemas;



- f) Registro do acumulado de precipitações;
- g) Utilização dos dados para decisões preventivas;
- h) Compartilhamento das informações com os órgãos competentes.

21. MONITORAMENTO DOS NÍVEIS DOS RIOS E CÓRREGOS

Realização de estudos para ampliar ou aperfeiçoar o monitoramento hidrológico dos cursos d'água mais relevantes para a prevenção de inundações.

Poderão ser avaliados sensores de nível, réguas de medição, sistemas automatizados e integração com redes de monitoramento existentes.

22. SISTEMAS DE ALERTA ANTECIPADO

Fortalecimento dos mecanismos de orientação e alerta da população diante de situações com potencial de desastre.

Solicitamos estudos para utilização e aperfeiçoamento de:

- a) Alertas por telefonia celular;
- b) Integração com o sistema Defesa Civil Alerta;
- c) Mensagens oficiais por SMS;
- d) Sirenes nos locais em que estudos técnicos recomendem;
- e) Avisos por canais oficiais da Prefeitura;
- f) Comunicados aos serviços públicos;
- g) Informações em linguagem clara e acessível;
- h) Procedimentos de comunicação de emergência.

23. ALERTAS ESPECÍFICOS PARA ÁREAS DE RISCO

Avaliação da implantação ou aperfeiçoamento de protocolos de alerta destinados aos moradores das áreas classificadas com maior risco.

Solicitamos especial atenção à:

- a) Comunicação prévia;
- b) Orientação sobre sinais de perigo;



- c) Divulgação das medidas de autoproteção;
- d) Informação sobre rotas de fuga;
- e) Localização de pontos seguros;
- f) Procedimentos de evacuação;
- g) Atendimento de pessoas com mobilidade reduzida;
- h) Integração com lideranças comunitárias.

24. PAINEL MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO DE RISCOS

Realização de estudos sobre a viabilidade de disponibilizar informações públicas relativas à situação de alerta, aos canais de atendimento e às orientações de segurança.

O instrumento poderá apresentar dados meteorológicos e hidrológicos disponíveis, comunicados oficiais, informações preventivas e registros agregados das ações de Defesa Civil.

Deverão ser preservadas informações pessoais, dados sensíveis e informações cuja divulgação possa comprometer a segurança das operações.

V – PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS E OUTRAS EMERGÊNCIAS

25. PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS EM VEGETAÇÃO

Fortalecimento do planejamento para prevenção de queimadas e incêndios em áreas verdes, terrenos, encostas e regiões com vegetação suscetível à propagação do fogo.

Solicitamos:

- a) Identificação das áreas prioritárias;
- b) Planejamento preventivo para a estiagem;
- c) Orientação aos proprietários e moradores;
- d) Fiscalização pelos órgãos competentes;
- e) Medidas de manejo da vegetação legalmente autorizadas;
- f) Integração com o Corpo de Bombeiros;
- g) Disponibilidade de equipamentos e apoio logístico;
- h) Campanhas de prevenção.



26. BRIGADAS E EQUIPES DE APOIO

Realização de estudos para capacitação de equipes municipais e organização de brigadas de apoio, conforme suas atribuições e limites operacionais.

Solicitamos que os procedimentos sejam desenvolvidos em articulação com o Corpo de Bombeiros, observadas as exigências de treinamento, segurança e responsabilidade técnica.

27. PREVENÇÃO DE ACIDENTES TECNOLÓGICOS E INDUSTRIAIS

Aperfeiçoamento da articulação institucional destinada ao planejamento de respostas a acidentes envolvendo produtos perigosos, substâncias químicas, explosões, vazamentos ou ocorrências industriais.

Solicitamos atenção à:

- a) Identificação dos cenários de risco;
- b) Integração com o Corpo de Bombeiros;
- c) Cooperação com a CETESB;
- d) Protocolos de isolamento;
- e) Comunicação à população;
- f) Orientação aos serviços de saúde;
- g) Planos de evacuação quando necessários;
- h) Respeito às competências dos órgãos responsáveis pela fiscalização das atividades.

28. PREVENÇÃO DE RISCOS EM ESTRUTURAS PÚBLICAS

Realização de estudos para avaliação preventiva de estruturas e equipamentos públicos que apresentem sinais de instabilidade ou outras condições potencialmente perigosas.

Solicitamos atenção a pontes, passarelas, muros de contenção, taludes, prédios públicos e outras estruturas indicadas em vistorias, com encaminhamento aos órgãos de engenharia responsáveis.

29. ATUAÇÃO EM VENDAVAIS E TEMPESTADES SEVERAS

Aperfeiçoamento dos protocolos destinados a situações de ventos intensos, queda de árvores, destelhamentos, granizo e interrupções de serviços essenciais.





As ações poderão envolver:

- a) Identificação de pontos críticos;
- b) Avaliação preventiva de árvores com indícios de risco;
- c) Articulação com as concessionárias;
- d) Planejamento de isolamento de vias;
- e) Apoio às equipes de emergência;
- f) Orientação aos moradores;
- g) Acompanhamento das ocorrências;
- h) Restabelecimento seguro dos acessos.

30. OPERAÇÕES PREVENTIVAS DE FRIO E CALOR EXTREMOS

Fortalecimento das ações integradas de proteção da população diante de baixas temperaturas e períodos de calor intenso.

Solicitamos atenção especial às pessoas em situação de rua, às pessoas idosas, às crianças e aos cidadãos com condições que aumentem sua vulnerabilidade.

As ações deverão articular Defesa Civil, Saúde e Assistência Social, observando os protocolos das operações municipais existentes.

VI – PROTEÇÃO SOCIAL E ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS

31. CADASTRO E ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS EM ÁREAS DE RISCO

Realização de estudos para aperfeiçoamento dos instrumentos de identificação e acompanhamento das famílias residentes em áreas de risco.

Solicitamos:

- a) Levantamento das famílias expostas;
- b) Identificação das necessidades de orientação preventiva;
- c) Registro das vistorias;
- d) Informação sobre as medidas de segurança;
- e) Articulação com a assistência social;





- f) Identificação de necessidades de acessibilidade e mobilidade;
- g) Planejamento do atendimento em emergências;
- h) Proteção dos dados pessoais.

32. PROTEÇÃO PRIORITÁRIA DOS GRUPOS VULNERÁVEIS

Aperfeiçoamento dos procedimentos de atendimento a:

- a) Crianças e adolescentes;
- b) Pessoas idosas;
- c) Gestantes;
- d) Pessoas com deficiência;
- e) Pessoas com mobilidade reduzida;
- f) Pessoas que necessitem de equipamentos médicos essenciais;
- g) Pessoas em situação de rua;
- h) Famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A priorização operacional deverá considerar as necessidades concretas e a gravidade da situação, respeitando os protocolos técnicos e legais.

33. ORGANIZAÇÃO DOS ABRIGOS EMERGENCIAIS

Realização de estudos para avaliação e atualização da rede de locais destinados ao acolhimento provisório de pessoas desabrigadas.

Solicitamos verificar:

- a) Capacidade de acolhimento;
- b) Condições de higiene;
- c) Segurança;
- d) Acessibilidade;
- e) Alimentação;
- f) Água potável;





- g) Sanitários e espaços de higiene;
- h) Áreas adequadas para famílias;
- i) Condições de proteção de crianças;
- j) Orientação e atendimento psicossocial;
- k) Acesso aos serviços de saúde;
- l) Procedimentos de entrada, permanência e saída.

34. ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS DESALOJADAS E DESABRIGADAS

Fortalecimento da integração entre Defesa Civil, Assistência Social, Saúde e Habitação para oferecer atendimento organizado aos moradores atingidos por desastres.

Solicitamos especial atenção à:

- a) Identificação dos atingidos;
- b) Avaliação das necessidades emergenciais;
- c) Orientação sobre os serviços disponíveis;
- d) Encaminhamento para acolhimento;
- e) Acesso aos benefícios eventuais legalmente cabíveis;
- f) Avaliação das necessidades habitacionais;
- g) Acompanhamento das famílias;
- h) Organização das providências de recuperação.

35. ATENDIMENTO À SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS ATINGIDOS

Fortalecimento da articulação entre Defesa Civil e Secretaria Municipal de Saúde, visando assegurar encaminhamento e acompanhamento das pessoas atingidas por desastres.

Solicitamos atenção a:

- a) Atendimento emergencial;
- b) Prevenção de doenças associadas às enchentes;



- c) Orientações sanitárias;
- d) Continuidade dos tratamentos de saúde;
- e) Acesso a medicamentos;
- f) Atendimento psicológico;
- g) Proteção de pessoas com condições crônicas;
- h) Monitoramento de riscos sanitários.

36. PROTEÇÃO DOS ANIMAIS EM SITUAÇÕES DE DESASTRE

Realização de estudos, em articulação com os órgãos municipais de meio ambiente e defesa animal, para aperfeiçoar os procedimentos de proteção e encaminhamento de animais afetados por enchentes, incêndios ou outras emergências.

As medidas poderão incluir orientação aos tutores, protocolos de resgate por equipes habilitadas, locais adequados de acolhimento temporário e articulação com entidades legalmente habilitadas.

37. REASSENTAMENTO E SOLUÇÕES HABITACIONAIS

Fortalecimento da articulação com a Secretaria Municipal de Habitação para avaliação das situações nas quais medidas de engenharia sejam insuficientes ou inviáveis para eliminar o risco.

Solicitamos estudos sobre alternativas habitacionais legalmente disponíveis, atendimento temporário, proteção social e acompanhamento das famílias, respeitados os critérios técnicos, o devido processo legal e os direitos dos atingidos.

VII – EDUCAÇÃO PREVENTIVA, COMUNIDADE E SIMULADOS

38. DEFESA CIVIL NAS ESCOLAS

Realização de estudos para ampliar as atividades educativas de prevenção de desastres na rede municipal de ensino.

As ações poderão contemplar:

- a) Orientações sobre enchentes;
- b) Prevenção de deslizamentos;
- c) Segurança durante tempestades;
- d) Prevenção de incêndios;





- e) Identificação dos sinais de risco;
- f) Canais de emergência;
- g) Noções de autoproteção;
- h) Atividades pedagógicas adequadas à idade dos estudantes.

39. SIMULADOS DE EVACUAÇÃO

Fortalecimento da realização de exercícios simulados de resposta a emergências, especialmente nas áreas de risco e nos equipamentos públicos que demandem planos específicos.

Solicitamos avaliação de:

- a) Periodicidade dos exercícios;
- b) Participação das comunidades;
- c) Definição das rotas de saída;
- d) Identificação dos pontos de encontro;
- e) Orientação das equipes;
- f) Participação dos órgãos de emergência;
- g) Procedimentos acessíveis;
- h) Avaliação dos resultados e correção de falhas identificadas.

40. NÚCLEOS COMUNITÁRIOS DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Realização de estudos para criação, ampliação ou fortalecimento dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil — NUPDECs, conforme a estrutura existente e as diretrizes nacionais.

As ações poderão envolver:

- a) Identificação das comunidades prioritárias;
- b) Formação de voluntários;
- c) Orientação preventiva;





- d) Comunicação com a Defesa Civil;
- e) Mobilização dos moradores;
- f) Participação em simulados;
- g) Apoio à divulgação dos alertas;
- h) Fortalecimento da cultura de prevenção.

Os núcleos deverão atuar de maneira complementar, sem substituir as equipes profissionais ou assumir atividades para as quais não estejam capacitados.

41. CAMPANHAS PERMANENTES DE PREVENÇÃO

Aperfeiçoamento das campanhas de orientação sobre prevenção de desastres, com atenção aos períodos de chuvas intensas, estiagem e frio.

Solicitamos divulgação acessível sobre procedimentos de segurança, sinais de perigo, formas de acionamento dos serviços de emergência e canais oficiais de alerta.

VIII – PLANO DE CONTINGÊNCIA E RESPOSTA A DESASTRES

42. REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA

Solicitamos a avaliação técnica e a atualização, quando necessária, do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil de Itapevi, considerando a legislação federal vigente, os mapeamentos atuais e as condições operacionais dos serviços.

O plano deverá contemplar, conforme suas hipóteses de risco:

- a) Cenários de desastre;
- b) Áreas potencialmente afetadas;
- c) Critérios de acionamento;
- d) Órgãos responsáveis;
- e) Recursos disponíveis;
- f) Comunicação de emergência;
- g) Rotas de fuga;
- h) Pontos seguros;
- i) Abrigos;





- j) Atendimento médico e social;
- k) Distribuição de suprimentos;
- l) Estratégias de recuperação;
- m) Exercícios simulados;
- n) Avaliação e atualização periódica.

43. CENTRO INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE EMERGÊNCIAS

Realização de estudos para aperfeiçoar a integração operacional dos órgãos responsáveis pela resposta a desastres, aproveitando as estruturas municipais existentes.

Solicitamos avaliação das condições de:

- a) Comunicação entre as equipes;
- b) Compartilhamento de dados;
- c) Acionamento de recursos;
- d) Monitoramento das ocorrências;
- e) Registro das decisões;
- f) Apoio ao comando das operações;
- g) Integração com o Centro de Operações Integradas;
- h) Comunicação com os órgãos estaduais.

44. COOPERAÇÃO REGIONAL E INSTITUCIONAL

Fortalecimento dos mecanismos de articulação com:

- a) Defesa Civil do Estado de São Paulo;
- b) Corpo de Bombeiros;
- c) Polícia Militar;
- d) Guarda Civil Municipal;





- e) SAMU;
- f) CETESB;
- g) Instituto de Pesquisas Tecnológicas;
- h) Órgãos meteorológicos e hidrológicos;
- i) Concessionárias de serviços essenciais;
- j) Municípios vizinhos;
- k) Instituições de ensino e pesquisa;
- l) Organizações da sociedade civil habilitadas.

45. PLANEJAMENTO DA RESPOSTA E DA RECUPERAÇÃO

Aperfeiçoamento dos procedimentos de mobilização de recursos e de organização dos serviços após a ocorrência de desastres.

Solicitamos atenção a:

- a) Atendimento das vítimas;
- b) Isolamento das áreas de risco;
- c) Restabelecimento de acessos;
- d) Recuperação de serviços essenciais;
- e) Avaliação dos danos;
- f) Encaminhamento de intervenções estruturais;
- g) Atendimento continuado às famílias;
- h) Levantamento dos recursos necessários;
- i) Monitoramento das ações de recuperação.

IX – ORÇAMENTO, CONTRATOS, RECURSOS E TRANSPARÊNCIA

46. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DA DEFESA CIVIL

Realização de estudos para avaliar a adequação dos recursos previstos e executados nas ações de proteção e defesa civil.



Solicitamos especial atenção aos investimentos em:

- a) Equipamentos;
- b) Viaturas;
- c) Capacitação;
- d) Monitoramento;
- e) Sistemas de alerta;
- f) Serviços técnicos;
- g) Vistorias;
- h) Prevenção;
- i) Preparação operacional;
- j) Atendimento emergencial;
- k) Recuperação de áreas atingidas.

47. FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS E DESPESAS

Aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento dos contratos, aquisições, serviços e investimentos vinculados à Defesa Civil.

Solicitamos a divulgação, conforme a legislação:

- a) Dos contratos administrativos;
- b) Das empresas contratadas;
- c) Dos objetos contratados;
- d) Dos valores iniciais e atualizados;
- e) Dos termos aditivos;
- f) Das notas fiscais;
- g) Das ordens de fornecimento;
- h) Dos comprovantes de recebimento;



- i) Das medições de serviços;
- j) Dos valores empenhados;
- k) Dos valores liquidados;
- l) Dos valores efetivamente pagos;
- m) Dos relatórios de execução;
- n) Das informações públicas sobre fiscalização e cumprimento contratual.

48. CAPTAÇÃO DE RECURSOS ESTADUAIS E FEDERAIS

Fortalecimento da atuação institucional para identificação de programas e recursos destinados à redução de riscos, prevenção de desastres, modernização dos equipamentos e recuperação de áreas afetadas.

Solicitamos atenção à elaboração de projetos técnicos e à utilização dos instrumentos administrativos de solicitação de apoio, observados os requisitos legais.

49. GESTÃO DOCUMENTAL E SISTEMA S2iD

Aperfeiçoamento dos procedimentos de registro de desastres, sistematização de informações e utilização do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres — S2iD.

Solicitamos avaliação da capacitação dos responsáveis pelo preenchimento dos formulários, elaboração de relatórios de danos, tramitação dos pedidos de reconhecimento federal e acompanhamento das solicitações de recursos, quando cabíveis.

50. TRANSPARÊNCIA DAS DOAÇÕES E DA ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

Aperfeiçoamento dos mecanismos de controle sobre o recebimento, armazenamento e distribuição de doações e suprimentos destinados às pessoas atingidas por desastres.

As medidas poderão contemplar registros de entrada e saída, critérios de distribuição, prestação de contas e proteção da dignidade e dos dados pessoais dos beneficiários.

51. RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL

Solicitamos estudos para disponibilização de relatório anual de gestão e atividades, contendo:

- a) Número de ocorrências atendidas;
- b) Tipos de eventos registrados;



- c) Distribuição territorial das ocorrências;
- d) Vistorias preventivas;
- e) Áreas de risco reavaliadas;
- f) Alertas emitidos;
- g) Simulados realizados;
- h) Capacitações;
- i) Equipamentos adquiridos;
- j) Despesas executadas;
- k) Projetos de prevenção;
- l) Medidas de recuperação realizadas;
- m) Resultados dos indicadores de atendimento.

X – PLANO DE AÇÃO PRIORITÁRIO PARA A DEFESA CIVIL DE ITAPEVI

52. PLANO MUNICIPAL INTEGRADO DE REDUÇÃO DE RISCOS E PROTEÇÃO DA VIDA

Solicitamos ao Poder Executivo a realização de estudos para elaboração, atualização ou consolidação de plano de ação integrado destinado ao fortalecimento permanente da proteção e defesa civil.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 11 de outubro de 2026

RAFAEL ALAN DE MORAES ROMEIRO
Presidente
PODEMOS



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Itapevi. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://itapevi.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=UNF4M27MF86V5WW0>, ou vá até o site <https://itapevi.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: UNF4-M27M-F86V-5WW0



RAFAEL ALAN DE MORAES ROMEIRO

Vereador - Presidente

Assinado em 11/10/2026, às 16:29:38